

O PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A OFERTA DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EM UM INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO

Rafael Alexandre Nascimento da Silva e Thiago José de Azevedo Loureiro*
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
rafael.rans@live.com*

Artigo submetido em 30/07/2018 e aceito em 01/08/2018

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a oferta da pós-graduação em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, através do quantitativo de vagas e sua disposição por diferentes regiões do estado, e do aproveitamento entre alunos formados e desligados durante o curso. A pesquisa apresentou exploratório-descritivo, utilizou-se de procedimentos técnicos de pesquisas bibliográfica e documental para a fundamentação teórica, e para analisar as informações do relatório gerencial que integram o SisUAB, disponibilizado pela coordenação do curso. Em um contexto de avanços tecnológicos, evolução e a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação pelo setor público brasileiro, e necessidade de qualificação da gestão pública no país, foi criado o Programa Nacional de Formação em Administração Pública. O PNAP é pioneiro na qualificação de gestores já inseridos na gestão pública em nível de pós-graduação, ao possibilitar a oferta de cursos na modalidade EAD. Um aspecto relevante na oferta de vagas do IFRN a distribuição geográfica dos polos, com a maioria delas destinadas para cidades do interior do estado, percebe-se o intuito de elevar o nível da gestão pública além dos grandes centros urbanos. Porém, em todas as turmas, concluídas ou não, destaca-se o percentual de alunos desligados, a evasão, superior à meta estipulada pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à Distância; Evasão; Gestão Pública; IFRN; PNAP.

THE NATIONAL PROGRAM FOR TRAINING IN PUBLIC ADMINISTRATION AND DISTANCE EDUCATION: AN INTRODUCTORY STUDY ON THE PROVISION OF EXPERTISE IN PUBLIC MANAGEMENT IN A FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the offer of graduate studies in Public Management from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte, through the number of vacancies and available by different regions of the state, and between students formed and turned off during the course. The research presented exploratory-descriptive study was performed of technical procedures of research bibliographic and documental for the theoretical foundation, and to analyze the report information management that integrate the SisUAB, provided by the coordination of the course. In a context of technological advances, evolution and the incorporation of Information and Communication Technologies by the public sector, and the need for qualification of public administration in the country, created the National Program for Training in Public Administration. The PNAP is a pioneer in the qualification of managers already entered in public management at postgraduate level, to enable the provision of courses in EAD. A relevant aspect in the provision of vacancies of IFRN the geographical distribution of poles, with the majority of them intended for cities in the interior of the state, it is the intention to raise the level of public management in addition to the large urban centers. However, in all classes, completed or not, it is the percentage of students off, circumvention, above the goal stipulated by the institution.

KEYWORDS: Distance Education; Tax Evasion; Public Management; IFRN; PNAP.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a formação dos gestores públicos tem se acentuado nas últimas décadas, devido às mudanças vividas na Administração Pública brasileira, além dos novos papéis a serem desempenhados pelos entes federativos, desafios impostos pela descentralização promovida pela Constituição Federal de 1988. A partir desse contexto, surgem desafios e demandas por gestores públicos capacitados para atuarem na administração pública nos âmbitos federal, estadual e municipal.

No entanto, a maior responsabilidade que os municípios assumiram não significou, obrigatoriamente, na democratização do poder local nem em melhor qualidade na gestão das políticas públicas. Em muitos casos, há pouco controle social sobre as atividades do poder público, principalmente em áreas mais carentes, e nos municípios menores o potencial de mudanças geradas com a descentralização tem como obstáculo a baixa qualidade do quadro de servidores da gestão municipal (ABRÚCIO, 2010).

Com a maior responsabilidade adquirida, principalmente, em relação às políticas sociais de educação, saúde e assistência social, se faz necessário capacitar os servidores públicos. É preciso que haja uma elevação no padrão dos serviços prestados e o desempenho alcançado pela gestão pública, onde o quadro funcional de estados e municípios precisa estar apto a intervir na realidade política e socioeconômica de suas localidades.

Quase que simultaneamente à nova realidade do estado brasileiro, a Educação à Distância (EAD) vivenciou significativas mudanças com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), fazendo com que a educação presencial deixasse de ser a única opção de estudo. Com isso, aumentaram as possibilidades para pessoas que vivem em zonas mais afastadas dos grandes centros possam ter acesso a cursos de diferentes níveis de ensino, entre eles a educação superior.

Segundo Moran (2013, p. 63), a EAD “antes vista como uma modalidade secundária ou especial para situações específicas, destaca-se hoje como um caminho estratégico para realizar mudanças profundas na educação. É uma opção cada vez mais importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional, para conciliar estudo e trabalho”.

Nesse contexto de avanços tecnológicos, evolução e a incorporação das TIC pelo setor público brasileiro, e necessidade de qualificação da gestão pública no país, foi criado o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). O programa é um pioneiro na formação de profissionais bacharéis em Administração Pública e na qualificação de gestores em atividade, em nível de pós-graduação, com a oferta de cursos das especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão de Saúde, todos na modalidade EAD.

O PNAP surgiu através de uma iniciativa coletiva composta pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), pelo Ministério da Saúde através da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pelo Conselho Federal de Administração (CFA), pela Secretaria de Educação a Distância

(SEED/MEC). E também por várias universidades espalhadas pelo país e vinculadas à UAB, que colaboraram na elaboração do Projeto Político Pedagógico dos cursos ofertados pelo programa.

Como uma das instituições públicas vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) optou por ofertar a Especialização em Gestão Pública (CAPES, 2012) com o objetivo da “elevação da qualidade da gestão pública em nosso Estado, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social” (IFRN, 2013).

O IFRN possui a maioria dos seus Campi distribuídos em diversas regiões do estado, e os cursos ofertados pelo PNAP também utilizam os polos da UAB. Essa desconcentração da oferta de vagas contribui diretamente para a interiorização de oportunidades de aperfeiçoamento profissional dos gestores de cidades distantes dos grandes centros, que não contam com a infraestrutura física de faculdades e universidades.

Diante dessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar a oferta do curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP pelo IFRN, através do quantitativo de vagas e sua disposição por diferentes regiões do estado, e do aproveitamento entre alunos concluintes e desligados do decorrer do curso.

Para isso, o presente artigo está estruturado em cinco partes: Introdução, Revisão Bibliográfica, Metodologia, Resultados e Discussões e Considerações Finais. Esta é a primeira parte do estudo. Na segunda parte são apresentadas as referências teóricas que embasarão a análise dos dados, com duas subdivisões. Na terceira parte é apresentado o método da pesquisa. Na quarta parte, são apresentados os resultados e as discussões sobre os dados coletados. Na última parte são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da síntese histórica da EAD no país, realizada por Alves (2009), o marco oficial desta modalidade no Brasil é a instalação das Escolas Internacionais, em 1904. O ensino se dava via correspondência, e os cursos destinavam-se a capacitar pessoas que buscavam ingressar no mercado de trabalho através da educação profissional básica, principalmente nos setores de comércio e serviços. Em seguida, destacam-se o Instituto Monitor, de 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, de 1941. Ambos continuam em atividade.

Conforme o mesmo autor, o segundo meio de ensino à distância foi via rádio, tendo como marco a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. A partir da criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde, em 1937, vários programas privados foram implementados, com destaque para a Escola Rádio Postal da Igreja Adventista, em 1943; o Senac em 1946; e a Universidade do Ar, em 1950, desenvolvida no Rio de Janeiro e em São Paulo; da Igreja Católica, em 1959, com as escolas radiofônicas criadas pela diocese de Natal/RN, e no Rio Grande do Sul, com os cursos da Fundação Padre Landell de Moura. Como política de governo, destaca-se o Mobral, de abrangência nacional.

Mesmo com resultados efetivos, nos primeiros anos de Ditadura Militar, a censura institucional foi um duro golpe para a educação via rádio. Alves (2009, p. 10) afirma que "o desmonte da EAD via rádio realizado durante foi um dos principais causadores da nossa queda do no ranking mundial da modalidade de ensino". Enquanto outros países montavam sistemas similares ao brasileiro, este era desestruturado após medidas governamentais.

A educação via televisão possui exemplos de uso bastante positivo no Brasil, principalmente entre os anos 1960 e 1970. Após este período, a falta de políticas institucionais; a desobrigação das emissoras cederem horários para a transmissão de programas educativos, ocorrida na década de 1990; e horários incompatíveis com a disponibilidade dos potenciais alunos foram fundamentais para a falta de resultados mais efetivos da educação televisiva. No entanto, merecem destaque os telecursos da Fundação Roberto Marinho; as TVs Universitárias; a TV Cultura e o sistema da TV Escola, mantido pelo Governo Federal.

Com a revolução tecnológica, a popularização dos computadores, a EAD ganhou novos contornos. O uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem na EAD é relativamente recente, e com eles, novos desafios e possibilidades foram trazidos para a educação em geral, e mais especificamente, para a EAD e para o ensino superior. Masetto (2013, p. 143) explica que o uso do computador conectado à internet, acesso imediato e em tempo real ao conhecimento e conteúdos diversos, há um maior incentivo a cursos à distância e a divulgação e ampliação da oferta de cursos de graduação e na pós-graduação *Lato Sensu* e até na *Stricto Sensu* nesta modalidade de ensino.

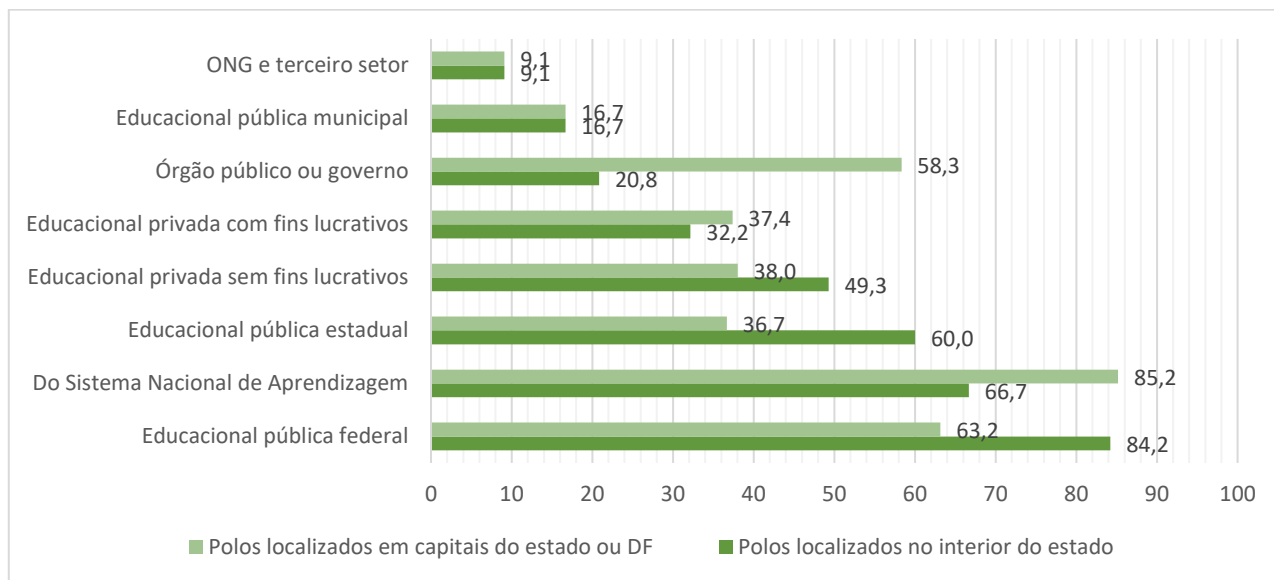
Dessa forma, a demanda por cursos totalmente EAD, de diferentes níveis e interesses, pode ser demonstrada pelo quantitativo de matrículas. Em 2015, mais de 106 mil matrículas efetuadas (ABED, 2016, p. 44) em cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Este tipo de pós-graduação tem como público-alvo as pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho. Assim sendo, a procura por especializações totalmente EAD ajuda a explicar o elevado número de matrículas, já que ela possibilita conciliar horário do aperfeiçoamento profissional com a atividade laboral do aluno.

De acordo com Censo EAD (ABED, 2016, p. 35), a maior parte da oferta de cursos regulamentados totalmente a distância, por nível acadêmico, é composta de cursos do tipo pós-graduação especialização *Lato Sensu*, totalizando 1079 cursos no país. Ou seja, cursos do tipo da oferta de Gestão Pública, idealizado pelo PNAP e ofertado pela instituição objeto deste artigo. Sobre os tipos de oferta de cursos EAD, observa-se que:

- Há cursos com menos de 30 alunos e outros com mais de 500 estudantes. Entretanto, a maioria dos grupos tem entre 31 e 50 alunos;
- A carga horária dos cursos varia: de 2 horas a mais de 700 horas nos cursos livres; de menos de 20 horas a mais de 60 horas nas disciplinas semipresenciais; de menos de 360 horas a mais de 700 horas nos cursos regulamentados totalmente à distância;
- É comum a oferta de atendimento presencial e/ou online para os alunos;
- Mais de 60% das instituições optam pelos ambientes de aprendizagem de software livre, customizados pelas próprias instituições, para todos os tipos de cursos;
- Nos cursos à distância (de todos os tipos), a exploração de todos os tipos de comunicação com o aluno, da distribuição de conteúdos e dos repositórios de aprendizagem, incluindo livros impressos e bibliotecas físicas, é superior em comparação aos cursos presenciais (ABED, 2016, p. 8).

Em relação aos itens listados, o quantitativo de vagas da ESPGP se situa entre a minoria, no que diz respeito ao número de vagas, pois se considerarmos a somatória dos polos, o quantitativo de vagas supera 50 alunos; possui carga horária entre 360 e 700 horas dos cursos totalmente EAD; faz uso do *Moodle*, software livre customizado pelas instituições que utilizam a plataforma. O IFRN distribuiu livros para a maioria das disciplinas, possui de biblioteca física em seus Campi, e há tutor presencial e à distância para atender à consulta dos alunos.

Figura 1: Instituições que têm polos no interior dos estados, por categoria administrativa (%)



Fonte: ABED (2015)

Na Figura 1, observa-se que as instituições da categoria Educacional pública federal, na qual o IFRN se enquadra, mais de 84% delas possuem polos localizados no interior do estado. Um claro exemplo são os vários Campis do IFRN espalhados pelo interior do estado e, principalmente, a oferta de turmas de ESPGP, com polos presenciais distribuídos em diferentes regiões do território potiguar.

No artigo intitulado *Governança Eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento* (2000), Klaus Frey afirma que, com a globalização, cidades do mundo inteiro vivenciam e são desafiadas com intensas mudanças sociais, econômicas e políticas. Ele afirma que:

Transformações recentes requerem novos modelos de gerenciamento inovador, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos tratem das mudanças de uma sociedade globalizada. Por um lado, é necessário encontrar respostas e soluções rápidas para problemas cujas causas antes ficavam fora da esfera de influência do administrador público. Por outro lado, é uma tarefa essencial explorar e disponibilizar as chances e oportunidades relacionadas a tais transformações, em favor tanto da administração pública quanto da própria população. (FREY, 2000 p. 31)

O autor discute os efeitos da globalização e as consequências sobre as cidades, ressaltando o papel que as inovações tecnológicas podem proporcionar na gestão pública, utilizando-as como instrumentos de transformação na realidade política e socioeconômica das cidades, e também como meio de participação social. Destaca que é preciso encontrar soluções para novos problemas

da agenda dos gestores, e analisa o potencial das TIC em contribuir para atender a estas novas demandas, criando uma administração pública mais democrática e eficiente, e para a definição de políticas públicas.

2.1 Regulamentação da EAD e o PNPAP

No que diz respeito à regulação da EAD, ela só veio a ter respaldo legal no país com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional, a LDB. No Art. 80, é estabelecido que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, e mais precisamente em seu 4º parágrafo:

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I - Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (alterado pela Lei 12.603/2012)
- II - Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III - Reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Com a publicação do Decreto nº 5.622/2005, o Brasil teve a primeira uma definição legal para a EAD. Após ser revogado pelo Decreto nº 9.057/2017, a EAD passou a ser definida como “a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”.

Diante da necessidade de qualificação profissional no âmbito da Administração Pública, ganha relevância a política de qualificação contínua dos servidores públicos, com a busca por desenvolvimento e novos métodos de aprendizagem. Nesse intuito, o governo Federal lançou a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal por meio do Decreto 5.707/2006, onde a capacitação, gestão por competência e os eventos de capacitação são entendidas como:

- I - Capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;
- II - Gestão por competência: gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e
- III - Evento de capacitação: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No mesmo ano, o Decreto nº 5.800/2006, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e conforme o Art. 1º, é “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”. São objetivos do Sistema UAB:

- I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;**
- III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;**
- VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006, grifo meu)

Fazendo uso da EAD como opção para suprir a demanda de trabalhadores que querem se qualificar, mas que não tem muito tempo disponível, e estes podem aproveitar espaços na rotina diária para conciliar trabalho e estudo. Nesta modalidade, o aluno faz uso da autoaprendizagem para a sua formação, adaptando a rotina laboral com interesse de aperfeiçoamento profissional e dispõe com cursos que não estariam ao alcance na modalidade de ensino presencial, principalmente em nível superior.

Nesse contexto, devido à necessidade de capacitação dos servidores e de qualificar a gestão pública, em abril de 2009, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior publicou o Edital nº 01 (CAPES, 2009) tornando público o PNAP, com o objetivo de selecionar e acolher a oferta de cursos, modalidade EAD, de bacharel em Administração Pública, – o curso pioneiro do programa – e as especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. O objetivo de desenvolver capacidades do contexto socioeconômico, político e cultural sobre a gestão pública brasileira, qualificando profissionais para o exercício da gestão pública em suas localidades.

Os cursos ofertados pelo PNAP têm como meta qualificar de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Conforme o Projeto Pedagógico dos cursos (CAPES, 2009), pretende-se:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

Como meta do programa, o projeto pedagógico do curso destaca o crescimento profissional do aluno, que se dará através de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;

- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

Em relação à estrutura curricular, a Especialização em Gestão Pública do IFRN possui carga horária de 510 horas/aula, divididos entre os Módulos Básico, Módulo Específico, e o Trabalho de Conclusão de Curso. Os núcleos são compostos pelas disciplinas:

- Módulo Básico:** Introdução a Modalidade EAD (disciplina de nivelamento); Estado, Governo e Mercado; O Público e o Privado na Gestão Pública; Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro; Políticas Públicas; Planejamento Estratégico Governamental; O Estado e os Problemas Contemporâneos e Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. Subtotal de Carga Horária de Disciplinas: 240 horas;
- Módulo Específico:** Cultura e Mudança Organizacional; Comportamento Organizacional; Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos; Gestão Operacional; Gestão Logística; Plano Plurianual e Orçamento Público. Subtotal de Carga Horária de Disciplinas: 210 horas;
- TCC:** Metodologia Científica e Monografia. Subtotal de Carga Horária de Disciplinas: 60 horas.

Conforme o Projeto Pedagógico (2013, p. 14), “a função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública”.

Complementando, Amaral (2010, p. 191) afirma que “para construir uma democracia estável, cabe ao Estado formar servidores orientados, simultaneamente, para a eficiência e resultados, assim como para a construção de uma gestão pública mais próxima dos cidadãos”. Segundo a autora, os resultados esperados com a política inovadora de gestão de pessoas são: “profissionais bem preparados e motivados, atentos à dinâmica da cidade e seus conflitos; decisões ancoradas em informações (análise qualitativa e quantitativa); melhor dimensionamento de necessidades; desconcentração da operação e liberação de quadros da administração para outras atividades menos repetitivas; direitos de servidores assegurados; e incentivo à participação social para melhorar as decisões com foco na inclusão”.

Embora a EAD não seja obrigatoriamente voltada para alunos adultos, em 2015, metade dos alunos matriculados em cursos totalmente à distância encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos;

enquanto 65% dos alunos de instituições educacionais públicas federais e 70% nas instituições educacionais privadas com fins lucrativos, estudam e trabalham (ABED, 2016, p.43).

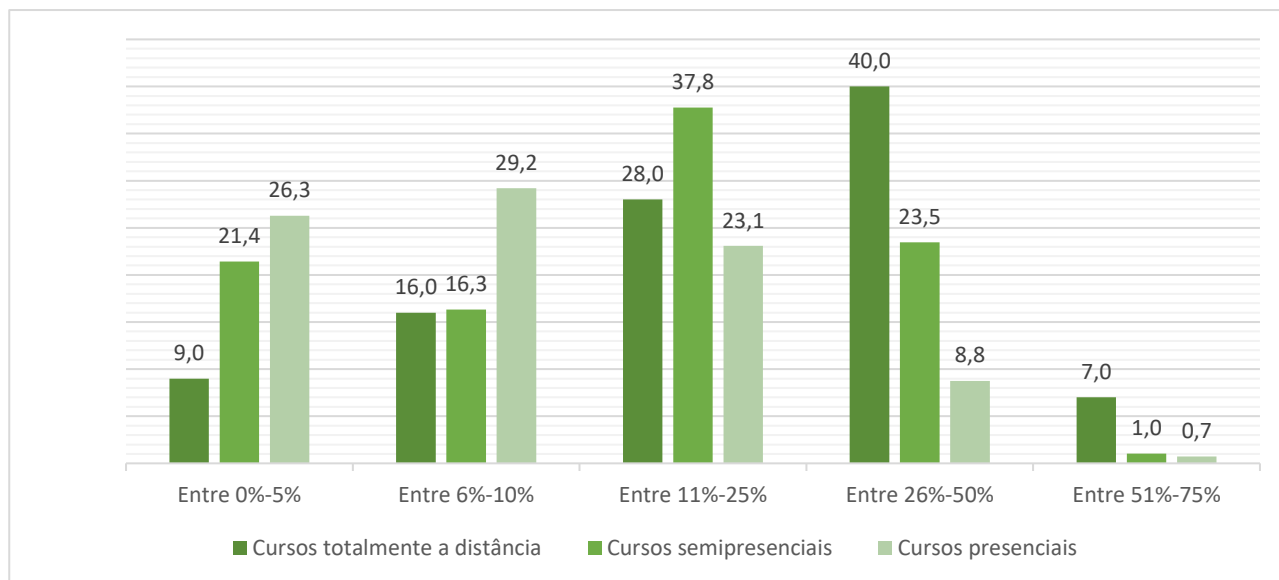
Moore e Kearsley (2007) inserir a REFERÊNCIA afirmam que a maioria dos adultos matriculados em cursos EAD tendem a ser alunos com elevada orientação e motivação para realizar as atividades propostas, pois eles sabem que terão que destinar parte do tempo livre após obrigações profissionais e pessoais para as atividades do curso, e possuem razões previamente determinadas para iniciá-lo. A maior parte dos alunos possuem experiência profissional e buscam se aperfeiçoar em suas respectivas áreas, fazendo uso da autonomia e independência de aprendizagem proporcionadas pela EAD.

Por estes motivos, fatores como ter ou não ter incentivo da instituição onde trabalha e de colegas de trabalho, da família e amigos, de interesses pessoais para participar de um curso podem se apresentar como motivos para o bom desempenho ou problemas que afetarão negativamente o desempenho do aluno.

2.2 A evasão na EAD

Em relação aos problemas enfrentados pelas instituições que ofertam cursos EAD, a evasão pode ser destaca como o principal deles. Pensando nisso, no documento Referenciais de Qualidade da EAD, foi estabelecido que “o projeto de curso deve prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional, criando condições para diminuir a sensação de isolamento, que foi apontada como uma das causas de perda de qualidade no processo educacional, e um dos principais responsáveis pela evasão nos cursos a distância”. (MINISTÉRIO, 2007).

Figura 2: Taxas de evasão registradas pelas instituições, por tipo de curso (%)



Fonte: ABED (2015)

De acordo com dados do Censo EAD.BR da (ABED, 2015, p. 7-8), observa-se na Figura 2, as elevadas taxas de evasão entre os cursos totalmente à distância, semipresenciais e presenciais, onde se destaca os 40% das instituições com oferta totalmente EAD, onde a maior evasão por

instituição se concentra “entre 26% e 50%”. Segundo o mesmo censo, as instituições analisadas veem as taxas de evasão da seguinte forma:

- As taxas de evasão reportadas nos cursos à distância são maiores que as nos cursos presenciais (os cursos regulamentados totalmente à distância apresentam os índices mais altos). O Censo EAD.BR 2015 registrou uma evasão de 26%-50%, com 40% das ocorrências nas instituições que oferecem cursos regulamentados totalmente a distância;
- As instituições apontam o fator tempo como o mais influente no fenômeno da evasão, seguido do fator finanças;
- Instituições que oferecem cursos totalmente à distância veem a evasão como algo não justificável, pois os alunos sempre podem retornar.

Com isso, pode-se inferir que, de modo geral, as instituições analisadas pelo Censo EAD tendem a relativizar a evasão, pois os alunos podem retomar o curso quando lhe interessar. Quando se trata de instituições de cunho privado, a visão de que o aluno pode retomar o curso é até compreensível, pois o custeio do curso (mensalidades, material de estudo, entre outros) é apresentado como o segundo motivo mais influente para a desistência. Porém, quando se analisa pelo viés do IFRN, uma Instituição Pública de Ensino Superior, onde o custeio dos cursos e vagas é feito com recursos públicos, sejam oriundos da UAB ou do próprio instituto, a relação com a evasão é vista de forma distinta do Censo EAD.

Segundo Longo (2009), “a evasão costuma ser bem maior devido às próprias características do público que procura essa modalidade de ensino, à falta de vínculos afetivos mais intensos com a turma e, também, em virtude da pressão do grupo e de outros mecanismos de interação social que um contato físico geralmente proporciona, além das dificuldades geradas pela mediação tecnológica”.

Sobre a desistência em um curso, Moore e Kearsley (2007, p. 185) afirmam que:

os alunos têm maior probabilidade de desistir de um curso se perceberem que o conteúdo é irrelevante ou de pequeno valor para suas carreiras ou interesses pessoais; se o curso for muito difícil e exigir muito tempo e dedicação; se frustrarem ao tentar concluir o curso ou cuidar de exigências administrativas sem receberem apoio; se receberem pouco ou nenhum feedback sobre trabalhos do curso ou o progresso alcançado e se tiverem pouca ou nenhuma interação com o instrutor, orientador ou outros alunos e, portanto, ficarem muito isolados.

Dessa forma, destaca-se a importância pessoal e profissional do curso para o aluno; do projeto do curso; do atendimento administrativo em casos de necessidade ou para auxiliar alunos que apresentam dificuldades e/ou queda de desempenho; do planejamento e *feedback* das atividades pelos professores; interação entre professores e tutores com os alunos, e interalunos, fazendo com que eles se sintam parte de um grupo e reduzindo a sensação de isolamento, aumentado devido a distância física.

No âmbito do IFRN, um dos indicadores de desempenho relacionados no Projeto Pedagógico da ESPGP destaca que o Índice máximo de evasão pretendido é de 10% (IFRN, 2013). O projeto ressalta que, através de outras experiências com EAD, a qualidade do ensino-aprendizagem é afetada positivamente quando o curso conta com polos de atendimento, e que estes ambientes, com orientação e apoio de tutores, reduzem os índices de evasão. Esses polos funcionam como

laboratórios pedagógicos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, e também atuam em fortalecer o vínculo com a instituição.

Nesse contexto, além dos polos de ensino, o IFRN oferece aos seus alunos a infraestrutura física dos seus campi, que conta com laboratórios, bibliotecas e espaços para o lazer e integração com o instituto. E o prédio do Campus EAD, localizado no interior do Campus Natal Central, dispõe de laboratórios de informática, de biblioteca setorial, e de estrutura administrativa central da especialização em Gestão Pública e da UAB. E para evitar que o uso das ferramentas de ensino do AVA seja um obstáculo para os alunos, existe a disciplina de Introdução a Modalidade EAD, que busca o nivelamento dos alunos para a realização das atividades de ensino e interação.

Vargas (2007 *apud* Almeida 2008) analisa algumas definições de evasão encontradas na literatura, expostas no Quadro 1:

Quadro 1: Definição de evasão e amplitude do conceito

Autores	Definição	Amplitude do conceito
Utiyama e Borba (2003)	Evasão é entendida como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo.	Ampla. Não foi estabelecido nenhum critério de tempo no curso para a saída do aluno.
Maia e Meireles (2005)	Evasão consiste em alunos que não completam cursos ou programas de estudo, podendo ser considerada como evasão aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso.	Especifica que mesmo os alunos que nunca começaram o curso devem ser considerados no cálculo das taxas de evasão.
Abbad, Carvalho e Zerbini (2005)	Evasão refere-se à desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso.	Não deixa claro se evasão se aplicaria apenas aos alunos que chegaram a iniciar o curso ou se abrangeria também àqueles que apenas se matricularam e nunca iniciaram o curso.

Fonte: Vargas (2007 *apud* Almeida 2008)

A autora destaca que “cada autor propõe uma definição para o conceito de evasão cuja amplitude pode variar em razão dos critérios escolhidos para categorizar os processos de entrada e saída dos alunos dos eventos instrucionais”.

Ramble (1992 *apud* ALMEIDA, 2008) afirma que os critérios de avaliação da evasão nos cursos EAD e concluiu que “geralmente, o sucesso ou o fracasso de um curso é avaliado em termos dos alunos que concluem ou que desistem do curso. Assim, há uma tendência para se considerar as taxas de conclusão ou desistência como medidas de avaliação de sucesso de cursos a distância”. No entanto, conforme o mesmo autor, uma parte dos alunos da EAD iniciam um curso sem pretender cumprir todas as atividades necessárias para concluir o curso, podendo ocasionar um percentual de conclusão muito baixo. Todavia, muitos alunos nunca iniciam o curso e, para as instituições, estes alunos não contam como desistentes.

Para efeitos deste estudo, usou-se o termo “desligado” para todos os alunos que se matricularam no curso e que não se formaram ao final deste, mesmo que nunca tenham iniciado o curso. Foi feita a opção de se alinhar à amplitude do conceito elaborado por Maia e Meireles, conforme o quadro supracitado.

3 METODOLOGIA

Neste estudo foi realizada uma pesquisa de natureza básica, que “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

Gil (2010, p. 41) define que as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses [...]têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Prodanov e Freitas (2013, p. 52) explicam que estas pesquisas buscam “facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto”.

A pesquisa também se classifica como descritiva, pois “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 42). Prodanov e Freitas (2013, p. 52) complementam que elas geralmente assumem as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Os procedimentos técnicos adotados foram pesquisa bibliográfica, a partir de registros já produzidos, principalmente livros e artigos científicos (GIL, 2010, p. 44), e foi realizada em artigos digitais, dissertações e livros; e pesquisa documental em relatórios gerenciais e institucionais, editais, projetos pedagógicos de instituições públicas, que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2010, p. 45).

Para a análise dos dados coletados, foi adotada uma abordagem quantitativa no tratamento dos dados contidos no “Relatório de Gestão Pública”, que foi disponibilizado pelo atual coordenador da especialização. O relatório, que se apresenta em forma de planilha, contém dados de todas as turmas de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública já ofertadas pelo IFRN, concluídas ou não.

O tratamento dos dados foi realizado observando-se o funcionamento do curso e o quantitativo de vagas ofertadas, alunos participantes, concluintes e desistentes, e foi apresentado no texto por meio de gráficos e tabelas. Dessa forma, entende-se que este trabalho se trata de um estudo exploratório-descritivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um aspecto muito relevante no que diz respeito à oferta das primeiras turmas do curso no IFRN, que ocorreu em 2013, é a sua distribuição pelo território do Rio Grande do Norte. A maior quantidade de vagas ofertadas se deu em municípios do interior, e de diferentes regiões do estado, exemplo dos polos Caraúbas, Currais Novos, assim como o polo de Guamaré, e um menor número de vagas para o polo Natal, a capital do estado. Em 2014, repetiu-se duas das três regiões da oferta anterior. Em 2016 foram ofertadas turmas em duas regiões diferentes das anteriores, Mossoró e São Gonçalo do Amarante.

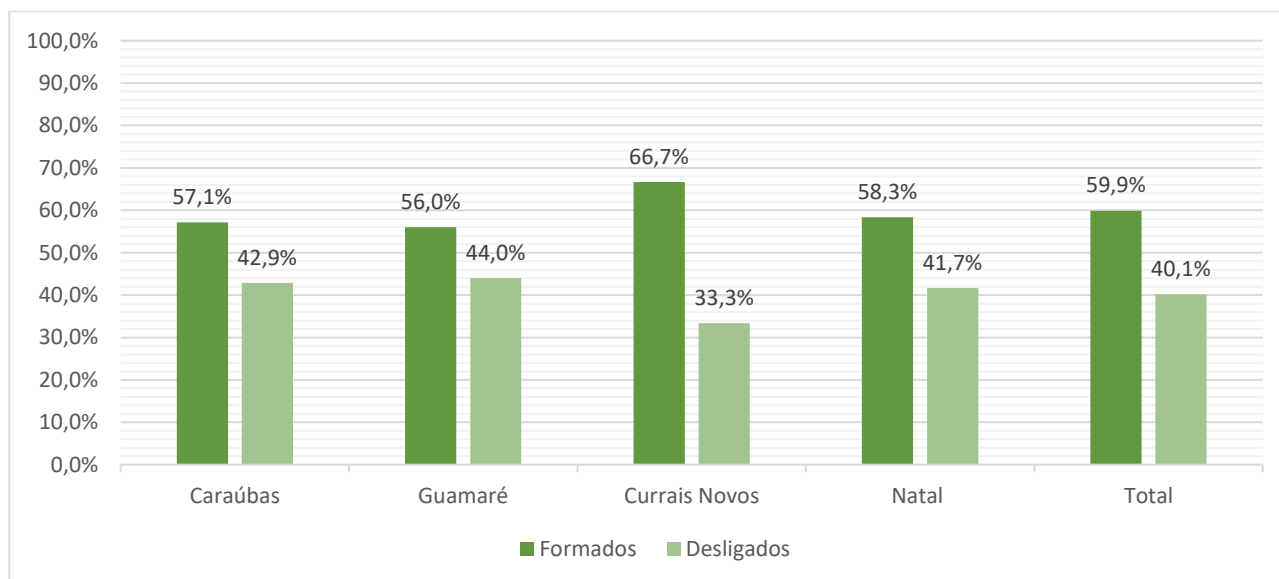
Tabela 1: Quantitativo de vagas versus concluintes e desligados

Ano da oferta		Polo	Nº de vagas em edital	Participaram do curso	Situação no curso	
					Formados	Desligados
2013		Caraúbas	50	49	28	21
		Currais Novos	50	51	34	17
		Guamaré	50	50	28	22
		Natal	12	12	07	05
		Total	162	162	97	65
2014		Caraúbas	40	45	36	09
		Guamaré	30	47	33	14
		Total	70	92	69	23

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 1 encontra-se o quantitativo de vagas lançadas em edital, por cidade; de alunos participantes; e a respectiva situação após o final do curso. Ainda observando a tabela citada, no que se refere a oferta de 2014, nota-se uma diferença considerável entre o número de vagas em edital e o quantitativo de alunos que iniciaram o curso, em relação à oferta de vagas no mesmo ano. Infere-se como hipótese para tal diferença entre oferta e participantes é de que os 22 alunos a mais seriam uma parte daqueles que se evadiram da turma 2013, e que podem ter reingressado no curso em busca de concluir a especialização.

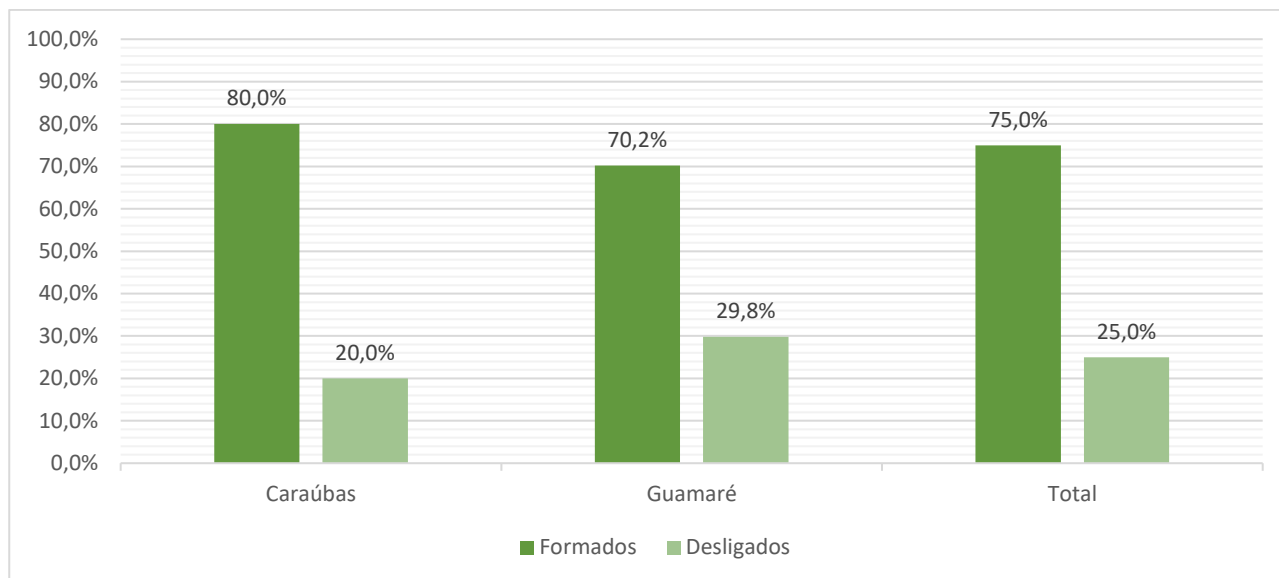
Figura 3: Percentuais de *Formados x Desligados*, oferta de 2013



Fonte: Elaboração própria

Analisando os dados da Figura 3, observa-se que as primeiras turmas, da oferta de 2013, formaram 97 especialistas em Gestão Pública, atingindo 59,9% de alunos diplomados. No entanto, outro dado que se destaca é o quantitativo de alunos desligados. Das quatro turmas de 2013, o menor percentual dos alunos nessa situação, independentemente do motivo, foi de 33%, no polo de Currais Novos. Já nos outros três polos, o percentual de desligados ultrapassou os 40%, com o maior percentual sendo atingido no polo de Guamaré, 44%.

Figura 4: Percentuais de *Formados x Desligados*, oferta de 2014



Fonte: Elaboração própria

Quanto à oferta de 2014, levando-se em consideração a soma de todos os alunos que participaram das turmas, pode-se ver na Figura 4 que ambas as turmas conseguiram ter um percentual de desligados menor do que as turmas anteriores: os dois abaixo de 30%. O polo de Caraúbas teve 20% de desligamentos, enquanto o índice do polo Guamaré ficou em 29,8%. Os dois resultados significam um percentual de 75% de alunos formados, totalizando uma média bem superior que a oferta de 2013, ressaltando que uma parte dos alunos podem ter ingressado somente para concluir o curso iniciado no ano anterior.

Tabela 2: Situação dos alunos ingressantes na oferta de 2016

Polo	Nº de vagas em edital	Participaram do curso	Situação no curso	
			Ativos	Desligados
Mossoró	20	20	15	05
Natal	20	20	15	05
Total	40	40	30	10

Fonte: Elaboração própria

Já as duas turmas ingressantes em 2016, nos polos Mossoró e Natal (a turma de São Gonçalo do Amarante foi transferida para o Campus EAD, localizado na capital potiguar), estão em curso em atividade do último semestre letivo, e com previsão de conclusão em outubro de 2017. Na Tabela 2, observa-se que o percentual de desligamentos atingiu 25% em ambos os polos.

Observando somente estes números, tem-se a perspectiva de que o número de desligados seja inferior à média das outras turmas. Porém, há a última e mais importante atividade a ser cumprida, o Trabalho de Conclusão de Curso. Ele é um pré-requisito obrigatório para a obtenção do título e é a atividade que exige maior dedicação dos alunos. Todavia, a maioria dos alunos possui vínculo empregatício e não podem se dedicar totalmente ao TCC. Com isso, a sua elaboração se torna mais um obstáculo para o êxito dos alunos e, conseqüentemente, pode contribuir para o aumento da evasão justamente na etapa final do curso.

Como a maioria dos alunos trabalha e estuda, a autonomia e autoaprendizagem necessário na EAD podem contribuir para a evasão, caso não haja um acompanhamento efetivo dos tutores, rápido *feedback* por parte dos professores e organização e planejamento de estudos por parte dos alunos. E isso pode se agravar na etapa final do curso, já que os servidores geralmente não conseguem afastamento das atividades profissionais para se dedicarem à elaboração do TCC.

Entre os fatores que merecem atenção na EAD é a evasão, e em relação ao PNAP, esta preocupação é dupla. Como a oferta dos cursos são custeadas por recursos públicos, as vagas ociosas significam o desperdício da verba pública direcionada para a capacitação de gestores já inseridos na administração e para a qualificação profissional dos demais selecionados. Além disso, a não formação dos alunos afeta negativamente a perspectiva de elevação do nível da gestão pública em suas localidades, já que a formação não será concluída.

Assim, ao observar o percentual de desligamentos identificado nas turmas do IFRN, estes são elevados ao comparar com a meta prevista no projeto pedagógico da instituição. Respeitando-se as diferenças regionais, mas levando em consideração que a oferta do PNAP tem como característica ser um curso homogêneo, com o mesmo material didático atendendo todas as instituições credenciadas, os números do IFRN relacionados à evasão em cursos de especialização do programa são inferiores ou estão no mesmo nível de instituições ofertantes analisadas em outros artigos, casos da UFAL (CAVALCANTE; OMENA, 2016?) e UFRGS (DEMARCO, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a oferta de vagas e a distribuição geográfica dos polos, com a maioria delas destinadas para cidades do interior do estado, percebe-se o intuito de elevar o nível da gestão pública além dos grandes centros urbanos. Para isso, há a contribuição do grande número de campi do IFRN no estado, pela distribuição geográfica destes, e também pela interiorização dos polos da UAB, visando cumprir a meta de ampliar o acesso à educação superior. Assim, utiliza-se o estudo remoto, uma das principais características da EAD, para expandir a oportunidade de qualificação de gestores das cidades menores.

A inovadora oferta do PNAP tem como meta suprir a demanda por qualificação da gestão pública nos três entes federativos, com atenção destacada para os municípios. E, no caso da oferta da pós-graduação em Gestão Pública no Rio Grande do Norte, há alunos oriundos até de estados vizinhos, que se deslocam de suas cidades em busca de qualificação, com grande potencial de elevar a qualidade da gestão pública local. Nesse intuito, as disciplinas visam fazer o aluno conhecer a realidade do estado brasileiro e de adquirir conhecimento necessário para intervir positivamente na realidade política e socioeconômica, em benefício da população e de uma gestão mais eficaz.

Em todas as turmas ofertadas pelo IFRN, concluídas ou não, um dado a se destacar é o percentual de alunos desligados, a evasão. Os números variam entre 20%, o menor valor, e 44%, o maior valor. Um dos indicadores de desempenho listados no projeto pedagógico do curso é o índice máximo de evasão pretendido, onde foi estabelecida a meta em 10%. O percentual encontrado neste estudo é superior e desperta preocupação. Porém, os percentuais de evasão detectados nas ofertas do IFRN, quando comparados às turmas de especialização em Gestão Pública do PNAP

ofertadas da UFAL e da UFRGS, analisadas nos artigos de Cavalcante; Omena (2016?) e Demarco (2013), respectivamente, os índices do IFRN estão no mesmo nível ou são menores do que os encontrados nesses trabalhos.

Dessa forma, mesmo com uma proposta inovadora em qualificar a gestão pública brasileira, percebe-se que a evasão se apresenta como um obstáculo recorrente no PNAP, pois interfere em um maior êxito do programa, e no IFRN não é diferente. Como a oferta dos cursos em nível de especialização é recente, este estudo busca contribuir para a melhoria do curso de especialização em Gestão Pública da instituição, de forma que possa ser usado para ajustes visando a redução do percentual de desligamentos detectado, em busca de atingir o percentual máximo de evasão definido no projeto pedagógico, contribuindo para que o PNAP consolide o seu objetivo de qualificar a gestão pública brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR 2015**: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf> Acesso em: 09 ago. 2017.
2. ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo e políticas públicas: O impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: Paulo César Medeiros e Evelyn Levy (Org.) **Construindo uma Nova Gestão Pública**. Natal: SEARH, 2010, p. 23-51.
3. ALMEIDA, Onília Cristina de Souza. **Evasão em cursos à distância**: análise dos motivos de desistência. 2008. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008112738pm.pdf> Acesso em: 01 ago. 2017.
4. ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 9-13.
5. AMARAL, Helena Kerr. Capacitação de servidores públicos no Brasil contemporâneo. In: Paulo César Medeiros e Evelyn Levy (Org.) **Construindo uma Nova Gestão Pública**. Natal: SEARH, 2010, p. 185-197.
6. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 17 ago. 2017.
7. _____. **Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm> Acesso em: 17 ago. 2017.
8. _____. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: 17 ago. 2017.
9. _____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24> Acesso em: 17 ago. 2017.

10. CAPES. **Edital Nº 01, de 27 de abril de 2009.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Termo_cessao_direitos_autorais.pdf> Acesso em 15 ago. 2017.
11. _____. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública na modalidade à distância.** 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ANEXO-II_PPC-EspGestaoPubPNAP.pdf> Acesso em: 02 abr. 2017.
12. _____. **Resultado Final do Edital nº 19/2012-PNAP.** Disponível em <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/Resultado-Final-do-Edital-n-19-PNAP-1672012.pdf>> Acesso em 30 jun. 2017.
13. CAVALCANTE, Maria do Carmo Galindo; OMENA, Anderson Carlos de Carvalho. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) na Universidade Federal de Alagoas (UFAL): Inovação e Evasão.** [2016?]. Disponível em: <<https://singep.org.br/5singep/resultado/158.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2017.
14. DEMARCO, Diogo Joel. **Um Balanço do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) como Estratégia de Fortalecimento da Gestão Pública: o caso da escola de administração da UFRGS.** 2013. Disponível em: <<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/1026>> Acesso em: 20 ago. 2017.
15. FREY, Klaus. **Governança Eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento.** I Conferência Eletrônica do Centro Virtual de Estudos Políticos (CEVEP). UFMG, 2000 p. 31-48. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19407-19408-1-PB.pdf>> Acesso em 30 set. 2017.
16. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, cap. 4, p. 41-91.
17. IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Gestão Pública na modalidade à distância.** 2013. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-pos-graduacao/lato-sensu/pos-graduacao-lato-sensu-em-gestao-publica-ead/view>> Acesso em: 02 abr. 2017.
18. LONGO, Carlos Roberto Juliano. A EAD na pós-graduação. In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 215-222.
19. MASETTO, Marcos T.. Mediação tecnológica e tecnologias de informação e comunicação. In: BEHRENS, Marilda Aparecida. MASETTO, Marcos T. MORAN, José Manuel (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2013, p. 133-173.
20. MINISTÉRIO da Educação. **Referenciais de qualidade para EaD.** 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2017.

21. MOORE, Michael G. ; KEARSLEY, Greg. O aluno de educação a distância. **Educação a Distância: Uma Visão Integrada**. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. cap. 7, p. 173-199.
22. MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: BEHRENS, Marilda Aparecida. MASETTO, Marcos T., MORAN, José Manuel (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª ed. Campinas: Papirus, 2013, p. 11-65.
23. PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico (E-book)**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 2ª ed. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.